

**A ATRIBUIÇÃO DE AUTORIA A UM TEXTO COM FINS FORENSES- UMA METODOLOGIA PARA A DETENÇÃO DE PLÁGIO****THE ATTRIBUTION OF AUTHORSHIP TO A TEXT FOR FORENSIC PURPOSES - A METHODOLOGY FOR THE DETENTION OF PLAGUE**

<https://doi.org/10.5281/zenodo.3337306>

AUTORES: Jeremias Dandula Pessela <sup>1</sup>

DIREÇÃO PARA CORRESPONDENCIA: [jeremiaspessela@yahoo.com.br](mailto:jeremiaspessela@yahoo.com.br)

Data da recepção: 27 de Novembro de 2018

Data da aceitação: 28 de Enero de 2019

**RESUMO**

O estudo que nos propusemos a fazer é relativo à atribuição de autoria a partir da riqueza lexical. As nossas abordagens terão como ponto de partida os postulados teóricos e metodológicos relativos à linguística, em geral, e linguística forense, em particular, com base em autores como: Silva (2009), Couthard & Rosa (2014). Mcmenamim (2002). Para determinar a riqueza das palavras utilizadas nos quatro (4) textos, tendo adotado o método de riqueza lexical proposto por Winter e Woolls, Coulthard & Johnson, (2007), entretanto, com as alterações propostas por Silva (2009), dadas as especificidades da língua em que os textos foram redigidos, bem como a sua extensão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunicação, Linguagem, Ideoleto, Atribuição de Autoria.

**ABSTRACT**

It is the objective of this research to characterize the training component provided to future student teachers through the curricular structure taking into account their alignment and sensitivity with the training themes. The results obtained with this research, conceived from the research point of view, are basic criteria to introduce the modifications to the curriculum and the training of professionals in education provided to ESPB with the aim of perfecting it. It has been found that the institution's responses to vocational training are therefore small. The foundation of the careers and the model of the professional, although with a characterization that seems appropriate, the existing curriculum grid allied to the study plan, does not respond immediately to the demand of a professional prepared for resistant pedagogical contexts, that is, the task of determination of the contents necessary to achieve the final objectives conflicts with what is learned and what is needed, with what is taught and what is learned and with what is actually achieved, since it does not respond so that

<sup>1</sup> Professor da Escola Superior Pedagógica do Bié.

the professional can assume and solve problems related to their future profession. Although the need for a broad profile is justified, it is important to work in the interdisciplinarity and transdisciplinarity of the curricular units (u / c) of the different existing courses.

KEYWORDS: Didactic actions; communicative skills; psychology course.

## Introdução

A sociedade e suas instituições<sup>2</sup> pode ser concebida como o conjunto de signos. Sussurre (1916), pois ela está presente em todas as suas instituições desde a família às instituições públicas, sendo, portanto, a comunicação a ceiva que determina o aparelho circulatório das comunidades. Como podemos notar a partir do dito anteriormente existe um trinómio inseparável e inquestionável: comunicação - linguagem e sociedade, estes têm sido temas de debates de estudiosos com destaque para Sussurre (1916); Bakhtin (1929), Jakobson (1960), Benveniste (1968) entre outros.

Para materialização da comunicação o homem utiliza a linguagem<sup>3</sup> seja verbal- que se materializa por através das palavras, seja não verbal - que se materializa através de outros meios diferentes da palavra. Por um lado, a linguagem verbal pode ser oral- veiculada através da voz humana ou escrita, veiculada através de sistemas gráficos. Por lado, a língua pode ser concebida como sendo " a expressão da consciência de uma coletividade Cunha & Cintra (1966), por conseguinte a língua é o meio pela qual se materializa a linguagem verbal humana. A linguística é a ciência que se ocupa do estudo da linguagem humana, dada complexidade da interação humana, bem como a heterogeneidade das relações humanas e seus fenómenos envolvendo a indissolubilidade do binómio linguagem-sociedade, a linguística, ao longo do tempo subdividiu-se em dois ramos fundamentais: um mais descritivo<sup>4</sup> que procura descrever as estruturas e os padrões universais de funcionamento dos sistemas linguísticos, e outro ramo voltado para a praticidade social, isto é, a linguística aplicada voltada para os fenómenos linguísticos aplicados às atividades quotidianas, deste ramo é que emana a linguística forense, da qual um dos propósitos é a atribuição de autoria, cujas abordagens se seguirão no capítulo que se segue.

## DESENVOLVIMENTO

### Pressupostos teóricos: a linguística forense

No capítulo anterior, descrevemos os dois ramos basilares da linguística, portanto a linguística descritiva, e a linguística aplicada, logo a linguística aplicada da qual faz parte a linguística forense. Ela constitui-se num ramo relativamente recente se comparada a outros ramos da linguística, a aplicação de métodos que

<sup>2</sup>Dentro da sociedade coabitam várias instituições desde a família à universidade.

<sup>3</sup> Entendida como sendo um aparato genético alocado no cérebro humano, uma hipótese plausível que se presta a marcar a diferença fundamental entre a espécie humana e todos os outros seres do planeta (Miotto, *et ali*: 2010: 22)

<sup>4</sup> Neste ramo podemos encontrar as áreas principais, tais como: morfologia, a lexicologia, a sintaxe, a fonologia e a semântica.

revolucionaram os estudos linguísticos no século XX, desde o Estruturalismo de Sussurre ao Generativíssimo de Chomsky, alavancaram a interface entre a linguagem e lei.

A linguística forense tem forte tradição em países anglófonos com destaque para os o Reino Unido e Estados Unidos da América, onde os linguistas forenses têm tido um papel determinante da solução de determinados casos de fórum criminal, fornecendo provas linguísticas que têm ajudado a soluçona-los, com destaque para o caso *unabomber*<sup>5</sup>, Estados Unidos da. Portanto podemos definir a linguística forense como sendo a linguagem da lei, a aplicação da linguagem em contextos de investigação. Silva (2009), ou ainda como sendo a linguagem em contextos jurídicos Couthard & Rosa (2014).

As abordagens em torno da linguística forense, isto é, da interdisciplinaridade entre as ciências da linguagem e as ciências jurídicas têm sido preocupações de estudiosos como Mellinkoff, cujas abordagens estão voltadas para a lexicografia, o mesmo, segundo Couthard & Jonhson (2017) " A justiça é uma profissão de palavras e as palavras da lei são a própria " e esta afirmação evidencia a importância da linguagem para o direito(Leyva-Vázquez, Rosado-Rosello, & Febles-Estrada, 2012).

A linguística forense, apesar de ser um campo recente no âmbito das ciências, em geral, e no âmbito das ciências forenses, em particular, tem tido fortes manifestações, reunindo periodicamente investigadores de todo mundo, com destaque para os encontros da Grã-Bretanha, Estados Unidos da América, Austrália, Holanda, Malta, México e Portugal.

As abordagens em torno da linguística forense, gravitam sobretudo em contextos de interação legal, logo os linguistas forenses atuam sobretudo como peritos em contexto de investigação em questões que têm a ver com a linguagem e a interação nos interrogatórios policiais, desvantagens linguísticas em fóruns legais, o discurso dos intervenientes em interação judicial como em julgamentos (a linguagem do réu, dos juízes, advogados, etc.), interpretação em casos de diferentes códigos linguísticos, além do mais, os peritos em linguística forense podem intervir em outros fóruns mais periciais tais como: estilística forense; análise de autoria; perfis linguísticos; identificação linguística de nacionalidade; disputas sobre marcas registradas; ambiguidades linguísticas em textos de advertência de produtos; falsificação de testemunhos e plágio, Coulthard & Rosa (2014).

Neste trabalho, não nos ocuparemos em detalhe de todos os aspetos acima enumerados, abarcados pela linguística forense, entretanto nos interessará a análise de autoria que permite aos linguistas forenses determinar, através de análise de elementos linguísticos distintivos,

---

<sup>5</sup> "Theodore John "Ted" Kaczynskitambém conhecido como **Unabomber**, é um terrorista americano. Matemático por formação, preso sob a acusação de terrorismo e condenado à prisão perpétua por sua participação em uma série de atentados a bomba que mataram três pessoas e feriram outras 23, entre cientistas, engenheiros e executivos. Segundo seus próprios escritos, é entusiasta de projetos de desenvolvimento tecnológico e científico que sejam benéficos para a melhoria da qualidade de vida humana." (www. Wikipédia.com) pesquisa feita às 11:27, 9/5/2018.

a atribuição de autoria de um dado texto, auxiliando desta feita numa investigação policial, ou de áreas afins.

Segundo Mcmenamim (2002), a metodologia para a identificação e atribuição de autoria reside na aplicação de alguns elementos linguísticos que marcam o estilo individual de um determinado autor tais como: a frequência média dos textos ou frases, o estilo, o estudo das ocorrências de *hápax logomena*<sup>6</sup> e *hápax dislegomena*<sup>7</sup>. No capítulo que se segue apresentaremos o contexto de autoria, bem como as suas implicações na perspectiva forense.

#### A AUTORIA EM CONTEXTOS FORENSES

A palavra autoria facilmente é associada a palavra autor com a qual forma um campo semântico, por outro lado, a mesma é facilmente associada aos direitos á propriedade ou ao direito de alguém face a algo que tenha feito ou produzido. (Estupiñán Ricardo et al., 2018)

Os debates a volta da autoria, direitos de autor, propriedade intelectual, plágio ou denominações similares, não se registam apenas na atualidade. Do ponto de vista de registos científicos temos a considerar desde a Antiga Grécia, onde a fonte de um dado texto era tida como um dos elementos de prestígio e de credibilidade, os fundamentos em volta do conceito de indivíduo no Humanismo, século XV, o contributo da tecnologia de Gutenberg, na Idade Média que viria transformar e alavancar os paradigmas da produção textual, escrita e géneros textuais, passando estes a providenciar algum usufruto económico para os seus autores. A dimensão económica da autoria textual trouxe consigo alguns males relacionados com delitos, tal como bem afirma Silva:

“em virtude do desenvolvimento da escrita enquanto profissão e do declínio do patronato na literatura, as questões económicas assumiram um papel mais preponderante na escrita e aumentaram as preocupações com o usufruto, a cópia e, inclusive, o roubo da palavra.”

(Silva 2009:576)

Face aos problemas descritos, a medida que as sociedades foram e continuam a evoluir, vários mecanismos jurídico-legais têm sido criados para a proteção dos direitos autorais destacamos a Convenção de Berna<sup>8</sup> (1886), a UCC, a Convenção de Buenos Aires (1915), entre outros mecanismos legais de âmbito internacional aos quais cada país, de acordo com o seu sistema jurídico vai adaptando ou não. No caso de

<sup>6</sup> *hápax legómenon* (ἀπᾶξ λεγόμενον) ou *hápax eirémenon* [do grego: ἀπᾶξ (adv. m.) “uma só vez” e τό λεγόμενον, part. pres. passivo de λέγειν “dizer”]: “o que se diz”, “o dito”]. (www. Wikipédia.com) pesquisa feita às 11:27, 9/5/2018. Pode ser compreendida como uma dada palavra que ocorre uma única vez num dado texto.

<sup>7</sup> Corresponde ao oposto do que se disse anteriormente. Pode ser compreendida como uma dada palavra que ocorre mais de uma vez num dado texto.

<sup>8</sup> É o diploma internacional de direito autoral mais antigo e com adoção mais geral. É essencial ao operador do direito autoral conhecê-la, uma vez que 172 países são signatários, incluindo países como a China, Estados Unidos e todos os países da União Europeia. Dentre as exceções, temos Angola, Moçambique, Irã, Iraque, Afeganistão e todos os países do corno da África. Saber das disposições da Convenção de Berna é ter uma noção mínima do sistema autoral de quase todos os países do mundo. Jusbrasil: disponível em: <https://samorysantosadv.jusbrasil.com.br/artigos/443181676/normas-de-direito-autoral-internacional>. Pesquisa feita às 18:44, 5/05/218.

Portugal, temos as disposições legais estatuídas no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos<sup>9</sup> (1985), no Brasil, Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos (1985)<sup>10</sup>. Todavia, quanto mais mecanismos legais mais violações de autoria ocorrem.

A análise de aspetos linguísticos auxilia na determinação e atribuição da autoria de um dado texto forense a um determinado indivíduo e, conseqüentemente, através da peritagem do linguista forense. De acordo com Grant (2008), citado por Almeida (2014:155) existem dois grandes tipos de textos forenses alguns de cariz criminalísticos, isto, é com pendor mais delituoso dos quais podemos destacar, cartas de suicídio, mensagens em redes sociais envolvendo menores em casos de pedofilia, bilhetes, recados escritos ou cartas de ameaças, cartas de suicídio entre outros.

Por outro lado, ainda segundo os mesmos autores, estão os outros textos mais utilitários, tais como diários, correios mensagens eletrónicas, testamentos, entre outros. Apesar de a diferença entre textos tidos como forenses e os não forenses ser a título denominativo fácil de interpretar e delimitar, já na prática nem sempre é fácil, pois existem textos literários e religiosos, não forenses suscetíveis de serem analisados no âmbito de atribuição da autoria.

Segundo Grant (2008), uma das principais diferenças entre os textos forenses e os não forenses, reside no facto de, no segundo grupo, incluírem-se os textos mais bem elaborados, isto é, textos cuja produção requererem um grau de concentração e de um nível cultural maior do autor, ao contrário da espontaneidade e da dimensão reduzida da maioria dos textos forenses.

Krendens (2012) agrupa os tipos de análise de autoria textual em quatro grupos, nomeadamente: o plágio<sup>11</sup>, textos anónimos ou de autoria questionável, atribuição ou não da autoria de um dado texto à uma determinada pessoa, e por último a avaliação do grupo a que uma determinada pessoa pertence, através do mapeamento de traços linguísticos que nos permitam determinar o seu perfil sociolinguístico.(Hernández & Izquierdo, 2018)

A questão com a qual a linguística forense, em geral, a análise de autoria, em particular, se depara está ligada à natureza coletiva da língua, pois levanta-se sempre a questão: Se a língua é um produto social positivamente fixado, como a utilizar para extrair dela elementos traços individuais como prova forense?. Tentaremos responder a esta questão no capítulo que segue.

## LÍNGUA, DIALETO E ESTILO IDIOLETAL

<sup>9</sup> Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março, e alterado pelas Leis n.ºs 45/85, de 17 de setembro, e 114/91, de 3 de setembro, e Decretos-Leis n.ºs 332/97 e 334/97, ambos de 27 de novembro, pela Lei n.º 50/2004, de 24 de agosto, pela Lei n.º 24/2006 de 30 de junho e pela Lei n.º 16/2008, de 1 de abril)

<sup>10</sup> Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março.

<sup>11</sup>A palavra plágio deriva da palavra latina «*plagiarius*,» que junta a outra de origem grega «*plagion*» que quer dizer roubo, ou cópia fraudulenta, correspondendo ao que anteriormente afirmamos à usurpação de propriedade de outrem.

Já o afirmamos, anteriormente, que existe uma estrita ligação entre a linguagem, a língua e a sociedade, quer como manifestação da consciência coletiva quer como manifestação objetiva da cultura de uma sociedade.

A distinção entre linguagem, língua e discurso é indispensável do ponto de vista metodológico Cunha & Cintra (1986:2), para qualquer abordagem linguística, apesar de ser em parte artificial. Segundo Slama-Casacu, citado por Cunha & Cintra, «a língua é a criação mas também o fundamento da linguagem» esta afirmação evidencia, em parte, a relação já apresentada no capítulo I deste trabalho, a mesma acrescenta «o discurso é um dos fundamentos da linguagem – o mais importante – e, ao mesmo tempo [...], a forma concreta sobre a qual se manifesta a língua.

A língua, tal como, é tem sido defendida por linguistas como Saussure, Meillet, Durkheim como sendo um facto social, somente com os avanços na esfera da sociolinguísticas e da psicolinguística se tem aprofundado os aspetos da manifestação social e individual da língua, no que tange à variação, sobretudo a partir da inserção da conceção de diassistema<sup>12</sup>. A variação é inerente ao sistema da língua e é condicionada de forma consistente dentro de cada grupo social.

Segundo Almeida (2014), a possibilidade de identificação do autor de um terminado texto assenta sobre o pressuposto de uso individual da língua obedecerem, ao longo do tempo, a um hábito, tendendo, portanto, a estabilizar-se e constituírem uma espécie de impressão digital do indivíduo no plano linguístico, optando, por exemplo, em utilizar determinadas escolhas linguísticas em detrimento de outras escolhas, essas escolhas linguísticas que se estabilizam ao longo do tempo, permitindo caracterizar a utilização individual da língua é o que se atribui a denominação de *idioleto*.

Autores como Silva (2009), Buffon (19--), referirem-se a ideia de que a utilização individual da língua por cada utente terá traços particulares que o diferenciaram de outros utentes da mesma língua, numa mesma comunidade linguística, o que para Coulthard & Jonson (2007:161), “este constitui o ponto de partida no âmbito da perícia forense em questões de atribuição de autoria sobretudo em concretas situações de textos questionados.”

Debruçados, em síntese os principais fundamentos inerentes à atribuição da autoria através de marcadores linguísticos individuais, seguimos, no próximo capítulo, com a apresentação dos aspetos metodológicos e a da descrição detalhada do corpus, e análise e discussão dos resultados encontrados.

## METODOLOGIA

### DETALHES DO CORPUS

Para a presente investigação recorreremos da linguística de corpus, através da análise de um corpus constituído por quatro (4) textos

<sup>12</sup>Um **diassistema** é um termo da dialetologia que define um sistema virtual que existe na base estrutural de duas ou mais línguas com alto grau de inteligibilidade mútua.

elaborados por estudantes universitários angolano, falantes nativos do PA com um total de 180 átomos. Os textos selecionamos, destaque para o texto (d) de autoria conhecida e três (a, b e c)<sup>13</sup> de autoria desconhecida ou cegos. Os textos foram elaborados por angolanos falantes do português. Conforme a descrição que segue:

Tabela: # 1: detalhes do corpus.

	Texto A	Texto B	Texto c	Texto D
<b>N (átomos)</b>	45	18	37	64
<b>N1 (átomos corpógrafo)</b>	49	23	41	67

Os textos foram analisados com o propósito de, por um lado, através da análise de ocorrências de unidades lexicais entre os três (3) textos cegos, por outro lado, considerando as variáveis de diversidade e abrangência da riqueza lexical, nos permitisse atribuir um dos textos, do conjunto dos três textos cegos, como tendo sido de autoria do autor do texto um (d). De realçar ainda que esta metodologia não é nova, a mesma já foi utilizada por Coulthard & Johnson, 2007, para o inglês e por Silva (2009), para o português.

#### MÉTODOS E TÉCNICAS EMPREGUES

Na atribuição de autoria os métodos dos empregues podem ser qualitativos e quantitativos, Almeida (2014), no primeiro, identificam-se e descrevem-se os elementos característicos de um dado autor, por outro lado, no segundo, separam-se e medem-se esses elementos. Todavia atendendo aos objetivos da linguística forense, bem como pela natureza do corpus em análise neste trabalho, a combinação dos dois métodos é o recomendável, Gibsons (2014), Turell (2010). Logo, para a análise dos textos com o rigor que se pretendeu, recorreremos da ferramenta linguística disponível Corpógrafo que nos permitiu manusear estatisticamente o corpus, através da análise do (i) comprimento médio das palavras e frases, segundo um marcador que tem funcionado e que foi desenvolvido e utilizado pela primeira vez por Winter & Wollis (1996). Por outro lado, Coulthard & Johnson (2007), defendem, ainda, “que o comprimento médio das frases é um marcador de discurso particularmente significativo, uma vez que se encontra, normalmente, sob o controlo (sub)consciente do autor; efetivamente, é ao autor que compete decidir onde colocar a pontuação e, assim, continuar ou terminar a frase”.

Segundo Holmes (1991), riqueza lexical que deriva da frequência relativa de *hapaxis* expressos em função do comprimento do texto, desta feita a proporção de maior utilização resulta num maior índice de riqueza lexical, ainda que propõe uma unidade de medida da utilização de *hapax legomena* que tal como afirmamos no capítulo anterior

<sup>13</sup> São textos curtos com conteúdos de ameaças, envolvendo situações passionais.

corresponde as palavras utilizadas pelo autor uma única vez em todo, com base no princípio de que, quanto maior for a proporção de palavras utilizadas uma única vez, maior será a riqueza vocabular. Winter & Woolls (1996).

De acordo com Silva (2009), a fórmula proposta por Honoré utilizada para o cálculo da riqueza lexical é a seguinte: A fórmula é:  $100 \cdot \log N / (1 - V1/V)$ , isto é, N - corresponde à dimensão do textual em palavras; V1 - corresponde ao vocabulário utilizado uma única vez no texto «*hápax legomena*»; V - corresponde ao total de vocabulários no texto, no entanto, incluindo todas as palavras do texto sem distinção entre palavras gramaticais<sup>14</sup> ou lexicais<sup>15</sup>, todavia ainda, segundo o autor, esta primeira proposta foi melhorada por Coulthard & Johnson (2007) e ainda Woolls & Coulthard (1998), passando a ser:  $100 \cdot \log N / (1 - (LV1/V))$ , na qual em comparação com a anterior, a riqueza lexical passará a corresponder, assim, aos vocabulários que ocorrem uma única vez no texto, ou seja, à diversidade de elementos lexicais utilizados, e demonstra-se estatisticamente em relação ao tamanho do texto. Assim, a um aumento do número de elementos lexicais corresponderá, um aumento da riqueza lexical do texto.

Em suma, esta proposta consiste em substituir simplesmente V1 por LV1, passando a considerar apenas para efeitos de riqueza linguística os *hapaxes* de natureza lexical e não todo o vocabulário. Silva (2009: 8). A substituição de V1 por LV1 é justificada pelo facto de que, em línguas como o português com processos de flexão consideráveis a medida que o texto se for alongando, ou seja, quanto maior for a extensão textual, maior será o número de itens lexicais repetidos e, conseqüentemente, menor será a incidência de *hapaxes* sobre este conjunto de palavras, Woolls & Coulthard (1998).

No presente trabalho, para determinar a riqueza das palavras utilizadas nos quatro (4) textos, adotamos o método de riqueza lexical proposto por Winter e Woolls (citado em Coulthard & Johnson, 2007), com as alterações propostas por Silva (2009), dada as especificidades da língua portuguesa, e atendo ao género e objetivos dos textos que constituem o corpus.

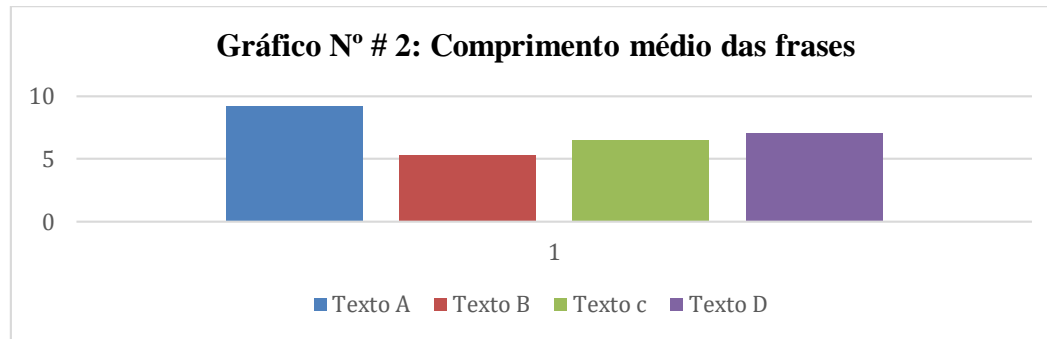
#### APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De acordo com os objetivos traçados, no presente trabalho, um dos marcadores linguísticos com capacidade discriminatória válidos para a atribuição de autoria, Coulthard & Johnson (2007), Silva (2009), ainda Almeida (2014) tem a ver com a distribuição de palavras por frases. Da análise feita nos textos que constituem o corpus, com base neste marcador nota-se que o texto " c " é o que se aproxima ao texto " d ", conforme o gráfico seguinte:

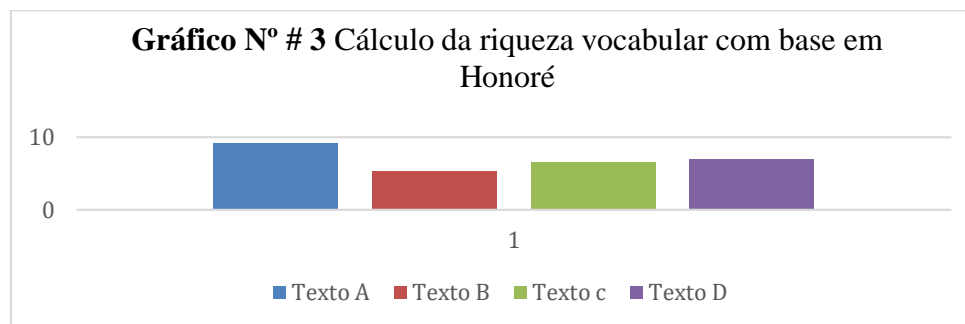
<sup>14</sup> Palavras gramaticais são as pertencentes às classes de pronomes, de artigos, de preposições e de conjunções.

<sup>15</sup> Palavras lexicais são as pertencentes às classes de nomes, de substantivos, de adjetivos e de advérbios.

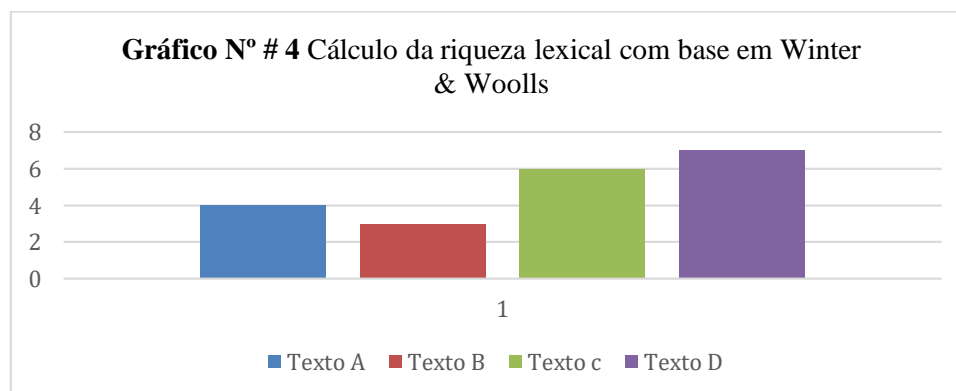




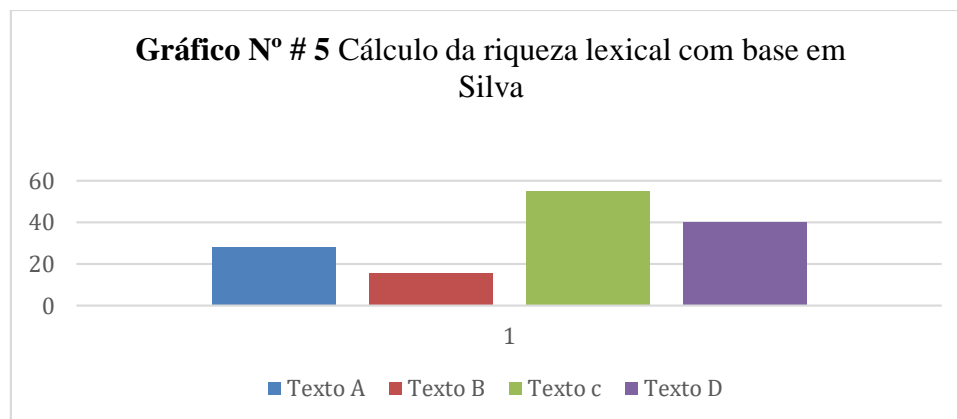
Quanto ao marcador diferenciador riqueza lexical, baseada na riqueza vocabular com base em Honoré, isto é, aplicando a fórmula  $100 \cdot \log \frac{N}{(1-V1/V)}$  Da análise feita nos textos que constituem o corpus, com base neste marcador nota-se que o texto "c" é o que se aproxima ao texto "d", conforme o gráfico seguinte:



Aplicando a fórmula a partir proposta de cálculo da riqueza lexical com base em winter & woolls woolls (citado em Coulthard & Johnson, 2007)" Da análise feita nos textos que constituem o corpus, com base neste marcador nota-se que o texto "c" é o que se aproximam do texto "d", conforme o gráfico seguinte:



Aplicando a fórmula a partir proposta de cálculo da riqueza lexical com base em Silva (2009). Da análise feita nos textos que constituem o corpus, com base neste marcador nota-se que o texto "c" e "d" são os que se aproximam, apesar de o texto "c" na escala ter mais 10 % do texto "d" conforme o gráfico seguinte:



### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de analisarmos e discutirmos os principais aportes teóricos acerca dos conceitos relativos à atribuição de autoria com base em autores como: Coulthard & Rosa (2014), Mcmenamim (2002), Silva (2009) bem, como o método de riqueza lexical proposto por Winter e Woolls, Coulthard & Johnson, (2007), entretanto, com as alterações propostas por Silva (2009), dadas as especificidades da língua em que os textos foram redigidos, bem como a sua extensão, e propósitos, permite-nos apresentar as seguintes conclusões:

1. Determinadas escolhas linguísticas em detrimento de outras escolhas, essas escolhas linguísticas que se estabilizam ao longo do tempo, permitindo caracterizar a utilização individual da língua é o que se atribui a denominação de *idioleto*.
2. A análise forense feita com base nos marcadores selecionados no presente trabalho, nomeadamente o comprimento médio das frases e na riqueza lexical com base em Honoré, Winter & Woolls, e Silva, combinados, permitiram aproximar o texto " C " como apresentando as características *idioletais* do autor do texto conhecido " d ", pelo que podemos afirmar sem, entretanto, absolutizar, dada as especificidades e aplicabilidade da linguística forense que o autor do texto " d " é o autor do texto " c. "
3. Os resultados alcançados apesar de serem pouco conclusivos, dadas as dimensões dos corpora utilizados, permitem-nos marcar um passo importante para trabalhos futuros.

### BIBLIOGRAFIA

- Almeida, D.C. (2014). Atribuição de Autoria com propósitos forenses: panorama e proposta de análise. *Revel*, Vol. 12, n. 23, 2014.
- Coulthard, M. & Jonson, A. (2010) (eds). *The Routledge Handbook of Forensic Linguistics*. London: Routledge.
- Coulthard, M. & Johnson A. (2007). *An Introduction to Forensic Linguistics Language in Evidence*. New York, Routledge.

- Hagemeyer, C. (2013). Perigo, cuidado, atenção: a comunicação linguística de risco em advertências de produtos. *Cadernos de Linguagem* v. 2, n. 14.
- Honoré, A. (1979). Some simple measures of richness of vocabulary. *Association for Literary and Linguistics Computing Bulletin* 7 (2), pp.172-177.
- McMenamim, G.R. (2002) *ForensicLinguistics: Advances in Forensic Stylistics*. Boca Raton and New York: CRC Press.
- Silva, R. S. (2009). Riqueza lexical como Critério de Detecção de autoria. XXXIV Encontro Nacional da Associação de Linguística, Lisboa, pp. 575-587.
- Estupiñán Ricardo, J., Martínez Vásquez, Á. B., Acosta Herrera, R. A., Villacrés Álvarez, A. E., Escobar Jara, J. I., & Batista Hernández, N. (2018). Sistema de Gestión de la Educación Superior en Ecuador. Impacto en el Proceso de Aprendizaje. *Dilemas Contemporáneos: Educación, Política y Valores*.
- Hernández, N. B., & Izquierdo, N. V. (2018). VALIDACIÓN TEÓRICA DE LA ESTRATEGIA PARA EL DESARROLLO DE LA COMPETENCIA EMPRENDER COMO CONTRIBUCIÓN A LA FORMACIÓN INTEGRAL DEL ESTUDIANTE DE LA EDUCACIÓN PREUNIVERSITARIA. *Revista Magazine de las Ciencias*. ISSN 2528-8091, 3(3), 103-116.
- Leyva-Vázquez, M. Y., Rosado-Rosello, R., & Febles-Estrada, A. (2012). Modelado y análisis de los factores críticos de éxito de los proyectos de software mediante mapas cognitivos difusos. *Ciencias de la Información*, 41-46.

